

1 - MASSA FALIDA DA VIAÇÃO AEREA RIO GRANDENSE    Remoção de bens  
S/A E OUTRO

Número: 0035805-84.2015.8.19.0001/RJ

Órgão Julgador: 1ª Vara Empresarial

Autor: MASSA FALIDA DE S.A. (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE)  
e outro(s)...  
União Federal

Réu:

Objeto da ação: Reversão da decisão dos imóveis que determinou 30 dias para a desocupação.

Principais andamentos: Em 30.jan.15 distribuímos a ação. Em 04.fev.15 os autos foram distribuídos por dependência ao processo 0260447-16.2010.8.19.0001. Em 23.fev.15 foi publicada a decisão atendendo ao nosso pedido liminar para suspender a desocupação do imóvel: “(...) Eis, então, o periculum in mora. Releva notar, ainda, que a atividade continuada atende ao comando constitucional e legal pois prima pela manutenção da empresa. Com efeito, o FAC, além de abrigar muitos empregos, gera riquezas através de recolhimento de tributos aos entes federativos, de forma a não recomendar, agora, a desocupação do imóvel, sob pena de se frustrar, prematuramente, o afirmado direito do autor. Ainda é importante destacar que a decisão que manteve hígida a reversão e, também, que indeferiu o pedido de reratificação das escrituras, aparentemente carece de fundamento, o que se faz, por óbvio, indispensável, mormente quando o referido indeferimento contraria pareceres técnicos em sentido diametralmente oposto, conforme se vê às fls. 14, especificamente no item 06. Reside, aqui, o fumus boni iuris. Por fim, não se vislumbra qualquer risco de dano reverso a justificar a pretendida desocupação em prazo que se aproxima de seu termo, sendo, pois, prudente que se aguarde até ulterior determinação. Ante o exposto, cite-se a União. I-se todos. Ciência ao MP”. Em 10.fev.15 os autos foram remetidos ao MP. Em 23.fev.15 diligenciamos ao MP para tentar agendar despacho da petição. Fomos informados que os autos já haviam sido devolvidos ao cartório da 1ª VEM. Nesta mesma data diligenciamos ao cartório da

1ª VEM, localizando apenas a guia de devolução do MP, mas os autos não foram localizados no cartório. Solicitamos a busca dos autos no cartório para conhecimento da promoção do *Parquet*. Por um equívoco os autos foram localizados, e novamente remetidos ao MP, em 24.fev.15. Em 26.fev.15 os autos foram devolvidos ao cartório. Nesta mesma data diligenciamos ao cartório para a obtenção de cópia da promoção do MP, que nas fls. 497, manifestou estar ciente da decisão, requerendo a imediata citação da União Federal. Em 13.mar.15 remessa dos autos para a AGU. Em 18.maio.15 houve a juntada da Contestação da AGU, que em preliminares alegou a incompetência absoluta do juízo falimentar. E no mérito afirmou que o contrato firmado entre as partes há época é ato jurídico perfeito; que a VARIG descumpriu o contrato, pois deu destinação diversa do que fora contratado. Requereu ainda, o indeferimento do pedido de antecipação de tutela, a manutenção do ato administrativo que determinou a reversão do imóvel e que sejam todos os pedidos julgados improcedentes. Esta Contestação foi protocolizada em 11.mai.15. Em 18.mai.15, juntada de petição, pedindo para que seja retirado o nome da advogada Vanessa Manhães Valentin da capa dos autos, tendo em vista que ela foi substabelecida apenas para o Proc. 0260447-16.2010.8.19.0001, ao qual já renunciou. Em 06.jul.15, foi juntada petição pela advogada Janete Papazian, constituída pelo CONDOMÍNIO CONJUNTO CINERAMA, para pedir que seu nome seja riscado da capa dos autos, uma vez que não são partes, tampouco têm qualquer interesse no presente feito, sendo que a mesma já apresentou os débitos relativos às cotas condominiais inadimplidas, pelas unidades Boxes 103 e 109, do período de 05 de outubro de 2003 a 05 de agosto de 2010, que totalizou o valor de R\$ 8.587,72. Em 19.jan.16 foi certificada a anotação no sistema DCP. Em 29.dez.16 foi certificada a tempestividade da contestação de fls. 503/522. Em 09.jan.17 autos conclusos ao Juiz Alexandre de Carvalho Mesquita. Em 18.jan.17 foi publicado o seguinte despacho: “*Ante a alegação das matérias indicadas no artigo 337 do NCPC, diga a parte autora sobre elas, no prazo de 15 dias, podendo produzir prova exclusivamente quando a questão processual abordada*”. Em 02.fev.17 foi protocolizada nossa petição requerendo devolução de prazo, já que os autos do processo não foram localizados pela 1ª Vara

Empresarial. Em 08.fev.17 petição juntada aos autos; conclusão ao Juiz Alexandre de Carvalho Mesquita. Em 14.fev.17 publicado despacho: “*Defiro a devolução do prazo como requerido*”. Em 16.fev.17 remessa ao AJ. Em 21.març.17 proferido despacho de mero expediente “ 568, Digam as partes, JUSTIFICADAMENTE, as provas que pretendem produzir. Após, ao MP. Documentos Digitados: Despacho / Sentença / Decisão”. Em 11.abr.17 recebidos os autos pelo cartório. Em 18.abr.17 juntada de petição pelo PROGER, Número do Documento: 201702265577. Na mesma data remessa ao MP. Em 24.abr.17 autos conclusos ao juiz. Em 16.mai.17 publicada sentença “Trata-se de ação anulatória cumulada com declaratória proposta por MASSA FALIDA DE S/A (VIAÇÃO AÉREA RIO-GRANDENSE) em face de UNIÃO FEDERAL, alegando a parte autora, em resumo, que é proprietária de imóvel localizado na Estrada do Galeão, 3200, Ilha do Governador, que foi adquirido da ré em duas transações de compra, a saber, em 03/05/1974 e 28/06/1977. Afirma que em momento posterior os terrenos foram lembrados, passando a constituir o Lote 1 do PA 39.696, tomando a matrícula de nº 63.431 junto ao 11º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro. Aduz que por ocasião da compra de ambos os terrenos, foram estipuladas pela ré cláusulas restritivas quanto à utilização e alienação dos imóveis, que são, resumidamente: vedação de destinação dos imóveis a qualquer atividade estranha ao transporte aéreo regular internacional; vedação a que a autora, ora adquirente, para vender, ceder ou por qualquer outra forma, alienar, seja por que título for, os bens a quem não seja transportador aéreo regular internacional brasileiro, sob pena de reversão dos imóveis à ré, sem direito a nenhum tipo de retenção ou indenização. Assevera que tais cláusulas foram apostas nos instrumentos de compra e venda em razão da localização do imóvel, que está situado na área do aeroporto internacional Tom Jobim, buscando-se preservar área estratégica à defesa nacional, uma vez que o local é próximo ao III COMAR (Comando Regional do Ministério da Aeronáutica). Diz que criou o ‘Flex Aviation Center’ (doravante denominado FAC) com o fim de realizar treinamento de seus funcionários, mantendo a elevada qualidade técnica dos serviços prestados, aduzindo que em razão da excelência do referido centro, tornou-se o mesmo essencial não somente para a autora, mas

para todo o mercado aéreo, afirmando que, atualmente, são ministrados no local mais de sessenta cursos que abrangem todos os aspectos técnicos e comportamentais do treinamento de tripulantes técnicos, comissários, despachos operacionais, ground handling, dentre outros. Sustenta que em razão da especialidade e singularidade do FAC, o mesmo possui vital importância tanto para o mercado privado quanto para o interesse público, não havendo qualquer empresa privada que preste serviços similares. Alega que em razão de diversas dificuldades econômicas, requereu recuperação judicial, onde não logrou êxito, o que levou à decretação de sua falência. Afirma que no ano de 2010 formalizou pedido junto ao III COMAR cientificando o mesmo de sua situação, além de solicitar autorização para o compartilhamento da área de lazer existente no imóvel com instituição de ensino infanto-juvenil, que a utilizaria para a prática de educação física de seus alunos, justificando tal pedido em razão da necessidade urgente de obtenção de novas fontes de receita para a manutenção da extensa área ocupada pelo FAC, inexistindo qualquer prejuízo à União, uma vez que a administração do imóvel continuaria, de forma integral, com a Massa Falida. Aduz que em setembro do mesmo ano reformulou seu pedido, com a finalidade de evitar não somente a desvalorização dos ativos, o que causaria prejuízo aos seus credores, mas também a geração de danos a terceiros e ao público consumidor, requerendo, desta forma a flexibilização das cláusulas restritivas, com o fito de viabilizar a venda do imóvel a empresas de transporte aéreo nacional ou internacional ou empresas de qualquer outro segmento de negócios que viessem a ter interesse em dar continuidade às atividades realizadas pelo FAC. Assevera que este não foi o primeiro requerimento feito nesse sentido, tendo formalizado processo administrativo no ano de 2007 com a mesma pretensão, informando que o III COMAR, à época, reconheceu a viabilidade da supressão da condição resolutiva, com a possibilidade de utilização da área para outro fim que não o transporte aéreo, conforme decisão exarada no PA 67100.00366/2007-DV. Diz que em 2010 o Comando da Aeronáutica publicou a Portaria nº 824/2010, onde delegava ao Comando Aéreo Regional o poder de decidir o pedido de rerratificação formulado pela autora, reconhecendo a Autoridade que não era mais viável se manter a condição resolutiva, além de

não haver mais qualquer ameaça à segurança nacional, mitigando-se, assim, a cláusula de alienação, na medida em que as grandes transformações havidas nos últimos quarenta anos fizeram cessar os motivos de sua imposição. Sustenta que não obstante tais alterações, e as decisões anteriormente dadas no sentido de se autorizar a alienação, em setembro de 2011 a Consultoria Jurídica da União, nos autos do PA 04967.020242/2011-13, emitiu parecer que veio a ser adotado pela Superintendência da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) no Estado do Rio de Janeiro, vindo esta a indeferir o pedido de rerratificação, além de ter sido determinada a reversão do imóvel em favor da União Federal. Alega que houve vício de motivação quanto ao indeferimento do pedido de rerratificação, pois, apesar das várias manifestações favoráveis dadas anteriormente, a decisão não expõe as razões pelas quais manteve as restrições contratuais, e, no que toca à reversão, esta é inválida, pois parte do pressuposto de que houve a utilização indevida do imóvel, em razão da instalação no local dos escritórios administrativos das antigas empresas Nordeste Linhas Aéreas e Rio Sul Linhas Aéreas, além da construção de área de lazer. Afirma que, insatisfeita com tal decisão, interpôs recurso, que ao fim não foi acolhido, sendo arbitrária a decisão, na medida em que o interesse público restou afastado pela própria Administração Pública, sem falar no fato de que a falência da requerente tornou impossível o cumprimento da cláusula restritiva, devendo a mesma ser considerada inexistente, nos termos do art. 124 do Código Civil, além de a mesma não ter sido recepcionada pela Constituição de 1988, ao restringir em excesso o direito de propriedade da autora. Aduz que não houve qualquer desvio de finalidade na utilização do imóvel, pois o compartilhamento dos escritórios administrativos foi feito com empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico da autora, e a pequena área de lazer era utilizada somente pelos funcionários, tendo sido atendido de forma integral o interesse público, já que a autora utilizou o imóvel exclusivamente para o desenvolvimento de suas atividades de transporte aéreo nacional e internacional. Assevera que a ré já reconheceu não haver riscos à base aérea do Galeão, admitindo que o imóvel poderia ser utilizado para outros fins, dependendo a autora da realização de seus ativos para saldar as dívidas, muitas das quais de origem trabalhista e tributária. Diz que

a reversão imposta se configura em verdadeira expropriação, na medida em que é impossível a implementação da cláusula em razão da falência. Sustenta que no que toca à alegação de que o estabelecimento de área de lazer ameaçaria a segurança pública do local, tal argumento cai por terra quando se verifica que o entorno do imóvel sofre crescente processo de favelização e deterioração sem que haja qualquer resistência por parte do Estado e que tal área de lazer jamais foi explorada economicamente pela autora, estando desativada há mais de dez anos. Alega que quanto ao compartilhamento das instalações e recursos humanos, o mesmo era absolutamente essencial para se reduzir as despesas do grupo econômico falido, sendo certo que as atividades de gerência e administração das três empresas ficou ao encargo de pequeno número de funcionários. Afirma que, em realidade, a Rio Sul e Nordeste, por pertencerem ao mesmo grupo econômico, igualmente são administradas pela Massa Falida, não havendo, portanto, infração às cláusulas contratuais. Requereu, ao final, a procedência do pedido, além das cominações de estilo. A inicial veio instruída com os documentos de fls. 42/490. Decisão deferindo a gratuidade de Justiça e suspendendo o prazo de 30 dias fixado para desocupação do imóvel (fls. 491/492). Regularmente citada (fls. 500), a ré ofereceu contestação (fls. 503/517), alegando preliminar de incompetência absoluta do Juízo falimentar, e no mérito, em resumo, que foram analisados todos os motivos alegados pela autora, não ocorrendo nenhuma violação ao devido processo administrativo; que restou provado o uso desconforme do bem com a utilização indevida do terreno por empresas de serviço aéreo regional, bem como pela utilização da área como recanto de lazer; que o Comando da Aeronáutica ratificou tais assertivas; e que o acolhimento da pretensão configuraria ofensa ao princípio da especialidade próprio do registro imobiliário, na medida em que as condições que ensejaram a celebração do negócio jurídico incorporam-se à própria caracterização do bem, não podendo ser afastadas sob pena de violação ao direito de propriedade. A parte autora falou sobre a contestação (fls. 531/567). Instadas a se manifestarem em provas (fls. 568), vieram as partes aos autos (fls. 569/570 e 572/580). O Ministério Público opinou no sentido do acolhimento da preliminar, com a consequente remessa dos autos à

Justiça Federal (fls. 581/582). Os autos vieram conclusos em 24/04/2017, retornando nesta data com a presente sentença, justificando o atraso em razão do acúmulo de serviço, da acumulação com a 4ª Vara Empresarial e do auxílio à 7ª Vara Empresarial. É O RELATÓRIO. DECIDO. Ao contrário do pretendido pelas partes, a questão a ser decidida não necessita da produção de outras provas, uma vez que, com relação à autora, o laudo de fls. 295/330 é suficiente para o que a mesma pretende provar, e, com relação à ré, a autora trouxe aos autos os respectivos processos administrativos que a mesma vem solicitando desde 2015. Examinemos a preliminar de incompetência absoluta deste juízo. Não vejo como dar razão à ré, uma vez que, em decisão recente, a 2ª Seção do STJ decidiu que 'o art. 109, I, da Constituição Federal afasta a competência da Justiça Federal para julgamento das ações falimentares, mesmo na hipótese em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas' (CC 144.238/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 31/08/2016). Assim, rejeito a preliminar e passo ao exame do mérito. No mérito, alega a ré inicialmente que foram analisados todos os motivos alegados pela autora, não ocorrendo nenhuma violação ao devido processo administrativo. A questão aqui não diz respeito a eventual violação ao devido processo administrativo, mas sim ao próprio mérito da decisão administrativa, razão pela qual rejeito esta alegação. Afirma a ré que restou provado o uso desconforme do bem com a utilização indevida do terreno por empresas de serviço aéreo regional, bem como pela utilização da área como recanto de lazer. Examinemos detalhadamente esta alegação. Em primeiro lugar, a utilização foi feita pelas empresas Rio Sul e Nordeste, que, por pertencerem ao mesmo grupo econômico, qual seja, o da autora, igualmente são administradas pela Massa Falida. Em segundo lugar, como exaustivamente explicado e provado, área em questão não é utilizada como recanto de lazer. Na verdade, uma pequena parte da área foi destinada à recreação das famílias de aeronautas e que está sem utilização há mais de 12 anos. Assim, tais fundamentos não podem, em absoluto, serem utilizados como justificativa para determinar a reversão do bem em favor da ré. Aduz a ré que o Comando da Aeronáutica ratificou tais assertivas. Ocorre que não



trouxe a ré qualquer prova desta alegação; ao contrário, a autora trouxe aos autos os documentos de fls. 220/225 que comprovam a alegação de que o III COMAR, à época, reconheceu a viabilidade da supressão da condição resolutiva, com a possibilidade de utilização da área para outro fim que não o transporte aéreo. Assevera a ré finalmente que o acolhimento da pretensão configuraria ofensa ao princípio da especialidade próprio do registro imobiliário, na medida em que as condições que ensejaram a celebração do negócio jurídico incorporam-se à própria caracterização do bem, não podendo ser afastadas sob pena de violação ao direito de propriedade. Não há aqui que se falar em violação do direito de propriedade, uma vez que as cláusulas restritivas quanto à utilização e alienação dos imóveis estão sendo respeitadas pela autora, e, em caso de alienação do bem em hasta pública, o adquirente igualmente deverá respeitar tais cláusulas, pois é sabido que nemo ad alium plus ius transferre potest quam ipse possidet (ninguém pode transferir a outrem mais direito do que possui). Por tais fundamentos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para anular a decisão administrativa proferida pelo Superintendente do SPU no Rio de Janeiro nos autos do processo administrativo nº 7178.107.142.05, declarando-se o direito da autora em manter a propriedade do bem, anulando, igualmente, o indeferimento do pedido de rerratificação formulado às fls. 70/71 do aludido processo administrativo, com a consequente flexibilização do item 'E' das escrituras em questão, nos exatos termos propostos pelo III Comando Aéreo Regional. Condene a ré, ainda, no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, que fixo em 3% sobre o valor da causa, que é o proveito econômico do bem, conforme laudo de fls. 330, com fundamento no art. 85 § 3º, IV do NCPC. Dê-se ciência pessoal à União e ao Ministério Público. P. I.”

Em 13.jun.17 recebido os autos. Em 19.jun.17 digitação de documentos: Termo de Abertura de Volume (antigo 134) /Termo de Encerramento de Volume (antigo 135). Na mesma data juntada de petição: Nº 201703995353 – recurso de apelação da União visando a anulação da sentença acima descrita, para reconhecer a incompetência absoluta do juízo falimentar remetendo-se o feito para livre distribuição a uma das varas federais da seção judiciária do RJ, bem como requer ainda a reforma da sentença para julgar



improcedente a pretensão autoral que visa a declaração de invalidade da decisão de reversão do imóvel situado na Estrada do Galeão nº3200. Na mesma data juntada de petição Nº 201703793655 – recurso de apelação das Massas objetivando a reforma da sentença acima descrita, apenas no tocante ao valor atribuído ao réu, das custas do incidente e condenação em honorários advocatícios fixados em 3% (três por cento) sobre o valor da causa, para que seja aplicado 5% sobre o proveito econômico de fls.330, e não sendo admitido, que o percentual não seja inferior a 4%.

Em 20.jun.17 Remessa ao Ministério Público. Em 22.jun.17 recebidos os autos do MP - que em sua promoção manifestou: estar ciente da sentença acima, bem como informou que no que diz respeito à admissibilidade dos recursos interpostos pelas partes, o seu julgamento recai sobre a Procuradoria de Justiça e o Tribunal de Justiça, e eventual provimento por este órgão de execução acerca da matéria admissibilidade implicaria não apenas mero vício de técnica e forma, mas em autêntica usurpação de atribuição. Em 27.06.17 publicado atos da serventia: Aos apelados em contrarrazões. Em 21.jul.17 juntada de petição nº 201704991403 – contrarrazões das Massas ao recurso de apelação interposto pela União.Em preliminares alegou que por versar a presente demanda especificamente e diretamente sobre imóvel arrecadado e pertencente às Massas, após ato do Auxiliar do Juízo, o AJ, em decorrência da própria quebra, não há como afastar a competência do juízo falimentar, pois somente este poderá adentrar ao patrimônio da falência para apreciar a questão, buscando preservar e sem comprometer o interesse dos credores. No mérito alegou que não houve descumprimento do contrato, uma vez que a própria agência reguladora do setor, ANAC, nunca deixou de certificar e homologar o funcionamento do Centro de Treinamentos — FAC, o que por si só já comprova e descaracteriza qualquer alegação sobre desvio de finalidade na utilização do imóvel. Requereu assim, que os argumentos da ré não sejam acolhidos e que o recurso de apelação interposto pela mesma seja julgado totalmente improcedente, bem como seja julgado procedente o recurso de apelação interposto pela autora.

Na mesma data remessa dos autos a União. Em 18.ago.17 Recebidos os autos. Em 22.ago.17 Juntada – Petição nº 201705943209 – contrarrazões da União ao recurso de apelação interposto pelas Massas, alegando que a sentença recorrida deve ser anulada ou reformada no total, ou deverá ser mantida a parte que condenou a União ao pagamento de honorários no montante de 3% do valor da causa. Requerendo assim, seja negado provimento ao recurso de apelação da parte autora.

Em 23.ago17 ato ordinatório praticado: Certifico que os presentes autos em conformidade com o artigo 3º, parágrafo 2º e parágrafo 7º do Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ/Vice-Presidências nº 7/2013. Na mesma data: Remessa Tribunal de Justiça.

Em 29.mar.2019 Recebidos os autos.

Em 02.abr.19 Despacho: Cumpra-se o v. acórdão. Em 05.abr.19 intimação eletrônica. Em 12.abr.19 A União intimada do despacho que determina o cumprimento do r. Acórdão, alegou não ter sido intimada do ato processual e requereu a devolução dos autos à Terceira-Presidência do Tribunal de Justiça para verificação de eventual intimação de outros órgãos da Advocacia-Geral da União, requerendo nova intimação da decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário e inadmitiu o Recurso Especial deste Ente Público. Na mesma data, despacho: Fls. 924/925: considerando que consta às fls. 871/878 e 903/910 a informação de que a Advocacia Geral da União foi intimada das decisões que inadmitiram os recursos especial e extraordinário, esclareçam os signatários seu requerimento, sob as penas da lei. Em 16.abr.19 Certidão de intimação. Em 30.abr.19 foi juntada cota de ciência pelo Promotor. Em 03.maio.19 juntada de petição pela União alegando não ter sido intimada da decisão, requerendo a devolução dos autos à Terceira Vice-Presidência desse Egrégio Tribunal de Justiça para verificação e saneamento do vício ocorrido, com a consequente nova intimação desta Procuradoria da decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário e inadmitiu o Recurso Especial deste ente público. Em 06.maio.19 proferido despacho: Fls. 942/943: oficie-se ao 11º ofício de registro de imóveis encaminhando-se cópia da sentença de fls. 583/588, do acórdão de fls. 682/689, dos embargos de

declaração de fls. 709/712 e da decisão de fls. 835/846 para que o mesmo cumpra o julgado no sentido de anular a decisão administrativa proferida pelo Superintendente do SPU no Rio de Janeiro nos autos do processo administrativo nº 7178.107.1.42.05, declarando-se o direito da autora em manter a propriedade do bem. Após, remetam-se os autos para a 3ª Vice-Presidência do TJRJ para que profira a melhor decisão no caso concreto. Em 09.maio.19 juntamos petição alegando que a União foi intimada e perdeu o prazo para se manifestar. Em 30.maio.19 proferido despacho: Fls. 950/954: de fato, assiste razão à autora, senão vejamos. O parágrafo 1º do art. 183 do NCPC, que estabelece o prazo em dobro a partir da intimação pessoal da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das suas respectivas autarquias e fundações de direito público diz textualmente que 'a intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico'. Por sua vez, a Lei nº 11.419/06, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, disciplina no seu art. 5º o seguinte: 'Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico. § 1º Considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização. § 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte. § 3º A consulta referida nos §§ 1º e 2º deste artigo deverá ser feita em até 10 (dez) dias corridos contados da data do envio da intimação, sob pena de considerar-se a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo'. No caso dos autos, a autora trouxe prova da realização da intimação (fls. 973/988) com as respectivas certidões (fls. 989/990). Além do mais, passou despercebido deste julgador que as telas apresentadas pela AGU trazem o nome da procuradora Bernadeth Maria Lima Verde Lopes, pessoa essa que em nenhum momento se manifestou nos autos, senão vejamos. A petição de fls. 501 e a contestação de fls. 503/517 foram assinadas por Carlos Rodrigues da Silva Filho. A petição de fls. 572 a respeito da especificação de provas foi assinada por Rosi Santaguida. A apelação de fls. 599/615 e as contrarrazões de fls. 638/642 foram assinadas por Mariana

Moreira e Silva. Os embargos de declaração de fls. 701/704 foram assinados por Glaucio de Lima e Castro. O recurso especial de fls. 721/741 e o recurso extraordinário de fls. 742/762 foram assinados por Viviane Alfradique Martins de F. Mendes. Finalmente, a petição de fls. 924/925 foi assinada em conjunto por Carolina de Campos Melo e Claudio José Silva. Assim, verifica-se sem muito esforço que em nenhum momento a procuradora mencionada na petição de fls. 924/925 manifestou-se nos autos, tendo a União, através de seus mais diversos procuradores, sido regularmente intimada ao longo do processo e se manifestado nos autos sempre tempestivamente. Se a mesma perdeu seu prazo para eventual recurso, deverá arcar com as consequências jurídicas. Dessa forma, reconsidero a 2ª parte do despacho de fls. 948 e determino ao cartório que dê imediato cumprimento à 1ª parte do mesmo, sendo certo que a sentença consta dos autos às fls. 583/588, índice 600/605. Em 09.jul.19 Digitação de documentos. Em 21.out.19 peticionamos requerendo a expedição de novo ofício para o 11º ofício Registro de Imóveis, para que sejam realizadas as averbações elencadas na petição. Em 24.out.19 juntamos a resposta do protocolo de nº 628954, fornecido pelo 11º Ofício de Imóveis, em relação ao ofício nº 982/2018/OF, expedido pelo juízo. Na mesma data, proferido despacho: Fls. 1008/1014: oficie-se ao 11º Ofício de Registro de Imóveis como requerido pela autora. Outrossim, ao cartório para dar ciência à União do despacho de fls. 995/996, o que ainda não ocorreu. Em 01.nov.19 demos entrada no pedido de averbação no 11º Ofício de Registro de Imóveis, cuja previsão de entrega é dia 26/11/2019. Em 14.nov.19 juntada de embargos de declaração pela União Federal. Em 28.nov.19 foi entregue o RGI com as averbações requeridas. Em 28.nov.19 proferido despacho: Fls. 1037/1038: conheço dos embargos, uma vez que tempestivos, e deixo de dar provimento aos mesmos, uma vez que as questões por ele suscitadas foram devidamente apreciadas no despacho de fls. 995/996.

Em 06.set.17 Termo de recebimento na 4ª Câmara Cível. Na mesma data: Remessa do Escrivão/Diretor/Secretário para 1VP - DIVISAO DE PREVENCAO. Em 11.set.17 Distribuição Por prevenção. Na mesma data: Remessa do Escrivão/Diretor/Secretário para DGJUR - SECRETARIA DA 4ª CÂMARA CÍVEL. Na mesma data: Intimação Eletrônica - MINISTERIO PUBLICO Parecer. Na mesma data: juntada de parecer da Procuradoria, requerendo que seja acolhida a preliminar de incompetência da Justiça Estadual para apreciar a presente causa, e assim não entendendo impõe-se o conhecimento dos recursos interpostos, pois satisfeitos seus pressupostos subjetivos e objetivos, dando-se parcial provimento ao recurso de apelação da Massa Falida e negando-se provimento aqueloutro interposto pela união, nos termos do presente. Em 05.out.17 Despacho – peço dia para julgamento. Em 23.out.17 Publicação de pauta de julgamento “Certifico que os presentes autos foram incluídos na pauta de julgamento, conforme publicação no DJERJ do dia 23/10/2017.” Em 31.out.17 Certidão de julgamento: Certifico que o(a) Egrégio(a) QUARTA CAMARA CIVEL ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão: Por unanimidade, deu-se provimento ao primeiro recurso (Autora) e negou-se conhecimento ao segundo recurso (Ré), mantendo-se a r. sentença em Reexame Necessário, em suas demais disposições, nos termos do voto do Exmo. Sr. Des. Relator. Presente ao julgamento, pelo primeiro Apelante, o Dr. Wagner Bragança. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS.Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. ANTONIO ILOIZIO BARROS BASTOS, DES. MYRIAM MEDEIROS DA FONSECA COSTA e DES. MARCO ANTONIO I B R A H I M. Em 01.nov.17 Acórdão: 1. Ação em que se buscou a anulação de decisão administrativa de reversão do bem imóvel e indeferimento da flexibilização da cláusula restritiva que ensejou a citada reversão. A demanda foi acolhida e fixados 3% sobre o valor da causa para o efeito de honorários advocatícios de sucumbência. 2. O Juízo Falimentar é competente porque o caso ora em exame envolve contrição do bem imóvel que está na posse da massa falida da Varig e foi arrecadado na falência. 3. O recurso de apelação da ré, reprodução literal de sua contestação, é inepto por violar a dialeticidade e, com isso, não

impugnar a razão de decidir. 4. Em reexame do mérito, conclui-se que a sentença deve ser mantida, pois a aplicação insensível da letra fria da cláusula restritiva pensada na década de 1970 implica violação da função social dos contratos, até porque afigura-se abusiva e onerosa diante da situação de crise em que se encontra a parte autora. 5. Em relação à majoração dos honorários, a importância da causa e o bom trabalho desenvolvido pelos patronos da autora conduzem ao acolhimento do patamar de 4% (art. 85, § 3º, inc. IV, do CPC). 6. Dado provimento ao primeiro recurso (autora) e não conhecido o segundo recurso (ré), mantida a sentença em reexame necessário, nos seus demais termos. Em 06.nov.17 publicação do Acórdão. Em 07.nov.17 Juntada de petição – ciência MP: Ciente do acórdão de fls. 670ss., que por unanimidade de votos, deu provimento ao primeiro recurso, não conhecendo do segundo apelo, mantendo quanto ao mais a decisão em reexame necessário. Em 17.nov.17 Juntada de documento – AR. Em 05.dez.17 Juntada de Embargos de declaração por parte da União em face do acórdão que por unanimidade deu provimento ao recurso das Massas e não conheceu o recurso da União. No qual manifesta a contradição/erro material do Acórdão embargado, que restou consignado na Ementa que “O recurso de apelação da ré, reprodução literal de sua contestação, é inepto por violar a dialeticidade e, com isso, não impugnar a razão de decidir.”, na medida que a repetição de argumentos deduzidos na contestação não impede, por si só, o conhecimento do recurso de apelação, notadamente quando suas razões deixam claro o interesse pela reforma da sentença, como se dá na hipótese dos autos. Informa que a apelação da União, trata em seu item III “DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO FALIMENTAR”, tendo em vista que o juízo a quo rejeitou a preliminar de incompetência absoluta suscitada pela União por meio da peça de contestação. E, ao final da apelação, a União requer, quanto a este ponto, seja dado provimento ao seu recurso para “anular a sentença apelada, reconhecendo-se a incompetência absoluta do juízo falimentar, na forma do p.3º do art. 62 do CPC, remetendo-se o feito para livre distribuição a uma das varas federais da seção judiciária do Rio de Janeiro”. Informa ainda que no item IV de sua apelação, a União trata do mérito, levando aos ilustres desembargadores as razões aptas a ensejar a reforma da

Sentença recorrida. Considerando que o juízo a quo acolheu os argumentos da parte autora, ora apelada, nada mais natural que a União reproduzisse argumentos deduzidos já na própria contestação. E ao final da apelação, a União, corretamente, formulou pedido para que seja dado provimento ao seu recurso para “reformular a sentença recorrida para julgar improcedente a pretensão autoral, invertendo o ônus de sucumbência”. Alegando então que incide em contradição/erro material o Acórdão embargado ao consignar que reprodução de argumentos da contestação em nada impugna a *ratio decidendi*. No caso dos autos, há menção ao decidido na sentença, bem como impugnação aos fundamentos que embasaram a procedência do pedido. Assim, requer o conhecimento e provimento dos embargos para o fim de que seja reconhecida e sanada a contradição/erro material apontado, requer-se admitido, devidamente apreciado e provido o recurso de apelação interposto pela União. Em 07.dez.17 Despacho em mesa. Em 13.dez.17 Certidão de Julgamento: certifico que o(a) egrégio(a) quarta camara civil ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR. lavrará o acórdão o(a) exmo(a). sr.(sra.) des. antonio iloizio barros bastos. participaram do julgamento os exmos. srs.: des. antonio iloizio barros bastos, des. myriam medeiros da fonseca costa e des. maria helena pinto machado. processo incluído em mesa. Na mesma data: Conclusão ao Relator para Lavratura de Acórdão. Em 14.dez. 17 Acórdão: Dizer que a mera reprodução da peça anterior não implica inépcia recursal é apresentar contradição externa, mera contrariedade que deve ser levada à Corte Superior por meio do recurso próprio. No mais, a matéria de ordem pública (incompetência absoluta) foi enfrentada e, em reexame necessário, todo o debate relevante que foi travado no 1º Grau de Jurisdição; porquanto, por arrastamento já que é mera reprodução da peça de defesa, o v. acórdão também albergou o conteúdo relevante do apelo. RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento aos embargos de declaração, nos termos do voto do desembargador relator. Em 15.dez.17 Publicado Acórdão. Em 19.dez.17 expedição de mandado de intimação -



PROCURADORIA-REGIONAL DA 2ª REGIÃO. Em 17.jan.18 Juntada de AR referente ao mandado de intimação nº 380/2017. Em 25.jan.18 Intimação eletrônica ao Ministério Público para Ciência do Acórdão. Na mesma data, juntada de petição de ciência do MP “Ciente do acórdão de fls. 709/712 (índice 709).”. Na mesma data: Juntada de Recurso Especial interposto pela União, no qual afirma que ao desconsiderar os argumentos da União, o órgão julgador Acabou violando à lei federal quando conferiu equivocada interpretação aos dispositivos legais. Afirma ainda que o v. acórdão é nulo porque foi proferido por juízo absolutamente incompetente para processar e julgar a presente causa. Requerendo assim, seja anulado o acórdão recorrido, reconhecendo-se a incompetência absoluta do juízo falimentar, remetendo-se o feito para livre distribuição a uma das varas federais da seção judiciária do Rio de Janeiro, em razão da violação ao disposto nos artigos 109, I da CF, 76 e parágrafo único da Lei 11.101/2005 e p.3º do art. 64 do CPC (antigo art. 113 do CPC/73). Ou caso assim, não se entenda que seja reformado o acórdão para julgar improcedente a pretensão autoral, invertendo o ônus de sucumbência. Na mesma data: Juntada de Recurso Extraordinário interposto pela União, no qual afirma que houve violação aos princípios do juiz natural, uma vez que o v. acórdão foi proferido por juízo absolutamente incompetente para processar e julgar presente causa, e do ato jurídico perfeito, uma vez que o contrato firmado entre as partes além de consubstanciar um ato jurídico perfeito, no deve abarcar interpretações tais que conduzam ao seu perecimento, implicando abalo na segurança jurídica que deve revestir ajustes dessa natureza. Requerendo assim, seja anulado o acórdão recorrido, reconhecendo-se a incompetência absoluta do juízo falimentar, remetendo-se o feito para livre distribuição a uma das varas federais da seção judiciária do Rio de Janeiro, em razão da violação ao disposto nos artigos 109, I da CF, 76 e parágrafo único da Lei 11.101/2005 e p.3º do art. 64 do CPC (antigo art. 113 do CPC/73). Ou caso assim, não se entenda que seja reformado o acórdão para julgar improcedente a pretensão autoral, invertendo o ônus de sucumbência. Em 01.fev.18 Remessa do Escrivão/Diretor/Secretário para 3VP - TERCEIRA VICE-PRESIDENCIA RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO. Em 06.fev.18 Remessa do Escrivão/Diretor/Secretário para 3VP -

TERCEIRA VICE-PRESIDENCIA. Em 06.fev.2018 Remessa do  
Escrivão/Diretor/Secretário para 3VP - TERCEIRA VICE-  
PRESIDENCIA. Em 29.mar.201 Baixa Definitiva.

**1.2 - RECURSO ESPECIAL - CÍVEL nº 0035805-  
84.2015.8.19.0001**

Em 05.fev.18 Autuação. Na mesma data: Intimação Eletrônica -  
ADVOGADO DO AUTOR/RÉU. Em 06.fev.18 Certidão (Remessa  
do Escrivão/Diretor/Secretário para 3VP - TERCEIRA VICE-  
PRESIDENCIA Em 20.fev.18 Certidão (Informacoes/Avisos  
Intimação eletrônica aos interessados): Tendo sido expedida  
intimação eletrônica ao(s) interessado(s) do(a) ato praticado em  
05/02/2018 14:24, o(s) ato(s) se deu(ram) da seguinte forma: -  
FÁBIO NOGUEIRA FERNANDES (representando MASSA  
FALIDA DE S A (VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE)  
REP/P/S/ADM JUDICIAL LICKS CONTADORES  
ASSOCIADOS LTDA), INTIMAÇÃO TÁCITA, em 16/02/2018  
00:16. - RENATA YAMADA BÜRKLE (representando MASSA  
FALIDA DE S A (VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE)  
REP/P/S/ADM JUDICIAL LICKS CONTADORES  
ASSOCIADOS LTDA), INTIMAÇÃO TÁCITA, em 16/02/2018  
00:16. - WAGNER BRAGANCA (representando MASSA FALIDA  
DE S A (VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE) REP/P/S/ADM  
JUDICIAL LICKS CONTADORES ASSOCIADOS LTDA),  
INTIMAÇÃO TÁCITA, em 16/02/2018 00:16. Em 16.abr.18  
Juntada de contrarrazões ao RESP interposto pela União (alegando  
que não há que se falar em descumprimento da aludida cláusula  
restritiva, posto que a própria agencia reguladora do setor,ANAC,  
nunca deixou de certificar e homologar o funcionamento do Centro  
de Treinamentos – FAC, o que por si só já comprova e  
descaracteriza qualquer alegação sobre desvio de finalidade na  
utilização do imóvel. Pugnano seja negado seguimento ao recurso  
ante a cristalina ausência dos requisitos de admissibilidade,  
outrossim, requer ainda que, caso admitido, seja improvido, como  
medida de inteira justiça). Na mesma data: Emissão de Certidão de  
tempestividade: Certifico que as contrarrazões ao(s) presente(s)  
recursos(s) foram apresentadas tempestivamente. Na mesma data:  
intimação eletrônica ao Ministério público para emissão de parecer.

Em 18.abr.18 Certidão de intimação realizada em 17/04/2018 17:51  
ao ministério público do estado do Rio de Janeiro. Em 17.out.18  
juntada de parecer – MP. Em 03/12/2018, os referidos recursos  
foram julgados e proferida decisão no seguinte sentido: “... Pelo  
exposto, em estrita observância ao disposto no art. 1030, I e V, do  
Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso  
extraordinário e INADMITO o recurso especial...”. Em 18.dez.18  
intimação do Acórdão. Em 10.jan.19 Certidão de intimação. Em  
29.mar.19 Certidão de Remessa: Certifico que, decorrido o prazo  
legal, não chegou a esta Divisão recurso em face da decisão retro.  
Assim, faço remessa destes autos ao órgão de origem.

### **1.3 - RECURSO EXTRAORDINÁRIO – CÍVEL nº 0035805-84.2015.8.19.0001**

Em 05.fev.18 Autuação. Na mesma data: Intimação Eletrônica -  
ADVOGADO DO AUTOR/RÉU. Em 06.fev.18 Certidão (Remessa  
do Escrivão/Diretor/Secretário para 3VP - TERCEIRA VICE-  
PRESIDENCIA Em 20.fev.18 Certidão (Informacoes/Avisos  
Intimação eletrônica aos interessados): Tendo sido expedida  
intimação eletrônica ao(s) interessado(s) do(a) ato praticado em  
05/02/2018 14:24, o(s) ato(s) se deu(ram) da seguinte forma: -  
FÁBIO NOGUEIRA FERNANDES (representando MASSA  
FALIDA DE S A (VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE)  
REP/P/S/ADM JUDICIAL LICKS CONTADORES  
ASSOCIADOS LTDA), INTIMAÇÃO TÁCITA, em 16/02/2018  
00:16. - RENATA YAMADA BÜRKLE (representando MASSA  
FALIDA DE S A (VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE)  
REP/P/S/ADM JUDICIAL LICKS CONTADORES  
ASSOCIADOS LTDA), INTIMAÇÃO TÁCITA, em 16/02/2018  
00:16. - WAGNER BRAGANCA (representando MASSA FALIDA  
DE S A (VIAÇÃO AÉREA RIOGRANDENSE) REP/P/S/ADM  
JUDICIAL LICKS CONTADORES ASSOCIADOS LTDA),  
INTIMAÇÃO TÁCITA, em 16/02/2018 00:16. Em 16.abr.18  
Juntada de contrarrazões ao RE interposto pela União (alegando que  
não há que se falar em descumprimento da aludida cláusula  
restritiva, posto que a própria agencia reguladora do setor,ANAC,  
nunca deixou de certificar e homologar o funcionamento do Centro  
de Treinamentos – FAC, o que por si só já comprova e

descaracteriza qualquer alegação sobre desvio de finalidade na utilização do imóvel. Pugando seja negado seguimento ao recurso ante a cristalina ausência dos requisitos de admissibilidade do mesmo, em especial a repercussão geral da matéria. Outrossim, requer ainda que, caso admitido, seja o mesmo improvido, com a manutenção *in totum* do acórdão hostilizado). Na mesma data: Emissão de Certidão de tempestividade: Certifico que as contrarrazões ao(s) presente(s) recursos(s) foram apresentadas tempestivamente. Na mesma data: intimação eletrônica ao Ministério público para emissão de parecer. Em 18.abr.18 Certidão de intimação realizada em 17/04/2018 17:52 ao ministério público do estado do Rio de Janeiro. Em 17.out.18 juntada de parecer – MP. Em 03/12/2018, os referidos recursos foram julgados e proferida decisão no seguinte sentido: “... Pelo exposto, em estrita observância ao disposto no art. 1030, I e V, do Código de Processo Civil, NEGO SEGUIMENTO ao recurso extraordinário e INADMITO o recurso especial...”. Em 18.dez.18 intimação do Acórdão. Em 10.jan.19 Certidão de intimação. Em 29.mar.19 Certidão de Remessa: Certifico que, decorrido o prazo legal, não chegou a esta Divisão recurso em face da decisão retro. Assim, faço remessa destes autos ao órgão de origem.